

**FACULDADE CALAFIORI**

**INCLUSÃO EDUCACIONAL: O QUE É COMO DEVE  
SER FEITA E COMO ESTÁ ACONTECENDO NO  
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG**

**AUTOR: JAQUELINE APARECIDA BERNARDES**

**ORIENTADORA: PROFA. FABÍOLA DANTAS ANDRÉZ  
NOBRE ARANTES DE CARVALHO**

**São Sebastião do Paraíso - MG  
2010**

# **INCLUSÃO EDUCACIONAL: O QUE É COMO DEVE SER FEITA E COMO ESTÁ ACONTECENDO NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG**

**AUTOR: JAQUELINE APARECIDA BERNARDES**

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Profa. Fabíola Dantas Andrez Nobre Arantes de Carvalho.

**São Sebastião do Paraíso – MG  
2010**

**INCLUSÃO EDUCACIONAL: O QUE É COMO DEVE SER  
FEITA E COMO ESTÁ ACONTECENDO NO MUNICÍPIO DE  
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG**

**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**AVALIAÇÃO: ( ) \_\_\_\_\_**

---

**Professor Orientador**

---

**Professor Avaliador da Banca**

---

**Professor Avaliador da Banca**

**São Sebastião do Paraíso – MG**

**2010**

*“Temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza.  
Temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.”*

*(Educação inclusiva)*

## **DEDICATÓRIA**

A todos os professores que passaram pela minha vida escolar que tanto me ensinaram, me motivaram, e me fizeram chegar até aqui com a vontade de continuar caminhando e seguindo a missão tão bela de ensinar.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me dar toda a sabedoria, todos os meios necessários, e por dar-me força para superar os obstáculos encontrados pelo caminho.

À minha família e amigos por me apoiarem e incentivarem, por acreditarem no meu potencial e por estarem sempre ao meu lado durante todo o trabalho.

A profa. e orientadora Fabíola Dantas Andréz Nobre Arantes de Carvalho pela paciência e eficiência na orientação e pela amizade conquistada.

Aos profs. Fernando Dândaro e Valéria Cristina Ruiz Felix pelas informações prestadas, esclarecimentos dados e por toda a disposição e ajuda.

Aos participantes da pesquisa realizada que contribuíram para os resultados e conclusões obtidos.

A todos vocês muito obrigada, por permitirem a conclusão deste trabalho, que representa mas um sonho realizado, dos muitos que ainda estão por vir.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	iv
LISTA DE TABELAS.....	v
LISTA DE GRÁFICOS.....	vi
RESUMO.....	vii
INTRODUÇÃO.....	8
<b>PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS E SUAS CARACTERÍSTICAS</b>	
O conceito de deficiência.....	11
Tipos de deficiência.....	13
O papel da família no processo de inclusão.....	17
O papel da sociedade no processo de inclusão.....	19
<b>INCLUSÃO EDUCACIONAL</b>	
Inclusão ou integração.....	21
Inclusão escolar.....	23
Legislação sobre inclusão educacional.....	24
<b>ESCOLA X INCLUSÃO</b>	
Inclusão e aprendizagem.....	30
Suportes para trabalhar com a inclusão.....	32
A escola inclusiva.....	33
<b>MÉTODO</b> .....	
Participantes.....	37
Instrumentos.....	37
Local.....	38
Procedimento.....	38
Coleta de dados.....	38
Análise de dados.....	38
<b>RESULTADOS</b> .....	
<b>DISCUSSÃO</b> .....	
<b>CONCLUSÃO</b> .....	
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	
<b>ANEXOS</b> .....	
	60

## Lista de Gráficos

Gráfico 1: Porcentagem de matrículas no ensino regular e no ensino especial.....	29
Gráfico 2: Escola Estadual 1.....	39
Gráfico 3: Escola Estadual 2.....	40
Gráfico 4: Escola Municipal 1.....	40
Gráfico 5: Escola Municipal 2.....	40
Gráfico 6: Escola Municipal 3.....	41
Gráfico 7: Alunos portadores de necessidades especiais nas escolas participantes.....	43
Gráfico 8: Problemas e dificuldades enfrentados pela escola.....	43
Gráfico 9: Preparação das escolas para recepção de portadores de necessidades especiais.....	44
Gráfico 10: Relacionamento dos alunos com necessidades especiais com os demais.....	45
Gráfico 11: Opinião dos professores em relação à inclusão.....	46
Gráfico 12: Resistência à inclusão.....	47
Gráfico 13: Andamento da turma com aluno portador de necessidades especiais.....	48
Gráfico 14: Suporte necessário para melhor andamento da turma.....	49
Gráfico 15: Preparação dos professores no processo de inclusão.....	51



## **Lista de Tabelas**

Tabela 1: Percentual de deficiências.....	13
Tabela 2: Diferenças entre Integração e inclusão.....	22
Tabela 3: Etapas da coleta de dados realizada.....	38
Tabela 4: Atuação dos professores participantes.....	42

## **Lista de Figuras**

Figura 1: Intersecção dos conceitos de deficiência, incapacidade, desvantagem e doença.....	12
Figura 2: História da educação especial no Brasil.....	25
Figura 3: Níveis de aprendizagem e os serviços de educação especial.....	32
Figura 4: Escolas do município de São Sebastião do Paraíso.....	36
Figura 5: Escolas escolhidas para coleta de dados.....	37

## INTRODUÇÃO

A inclusão educacional tem sido objeto de estudos, discussões e controvérsias.

Embora na década de 80 já tivessem iniciado as primeiras experiências em inclusão, o novo caminho para a educação inclusiva teve início na década de 90, quando o mundo tomou conhecimento de uma educação de qualidade e verdadeiramente aberta para todos. Há uma grande diferença desde então, das antigas formas de inserção escolar para a verdadeira inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, onde ocorrem várias mudanças nas perspectivas de educação (SASSAKI, 2005).

A educação inclusiva vai muito além do atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais, supõe uma melhoria nas práticas educativas para todos os alunos para a escola, e para educadores pais e membros da comunidade (SANCHES, 2005).

A Declaração de Salamanca de 1994 defini princípios e práticas da educação especial e estabelece que as escolas devem acomodar todas as crianças, a partir daí é condicionado o acesso ao ensino regular aos alunos com necessidades educacionais especiais que conseguirem acompanhar o ritmo.

Há outras leis que protegem os portadores de necessidades especiais como a Lei nº 10.436/02 que reconhece a língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação, e a portaria 2678 que aprova o ensino e a difusão do braille nas modalidades da educação.

A educação especial que antes do processo de inclusão ocorria em escolas e classes segregadas, após o decreto 6571, de setembro de 2008, passa a existir apenas no turno oposto ao do ensino regular, que é onde todas as crianças e jovens com necessidades especiais devem estudar. As instituições especializadas passam a auxiliar a escola regular formando com ela parcerias, dando apoio para facilitar a aprendizagem que ocorre na sala de aula (NOVA ESCOLA, 2009).

Incluídos no ensino regular os alunos com necessidades educativas especiais tem a oportunidade de adquirir habilidades que lhes serão necessárias para o convívio em comunidade e os professores também aprendem a agir e interagir com alunos que possuem necessidades especiais.

## PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E SUAS CARACTERÍSTICAS

### O conceito de deficiência

Na área da deficiência existem imprecisões dos conceitos, com variações que resultam em dificuldades na aplicação e utilização do conhecimento produzido. Evidencia-se, assim, a importância de esclarecer melhor essa conceituação, pretendendo contribuir para que os profissionais e a sociedade conheçam os termos utilizados, resgatando seu significado histórico e contextual (AMIRALIAN et. al, 2000).

Segundo Ribas 1985,

A partir da década de 70, muita gente, principalmente fora do nosso País, começou a pensar que estes “termos” ou “definições” não davam conta da realidade total e concreta das pessoas deficientes. Poderiam ser termos equivocados. Ou poderiam ser conceitos enviesados por concepções ideológicas. Ou poderiam simplesmente ser palavras mal-acabadas que tenderiam a fragmentar a imagem dos deficientes. (...)

Dos vários conceitos de deficiência duas tendências se destacam; os estudiosos da área a conceituam como algo que caracteriza o seu organismo ou o seu comportamento; outra conceituação tem sido baseada em áreas específicas do comprometimento (OMOTE, 1994).

Segundo Amiralian (2000), a ICIDH (Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens) propõe uma classificação da conceituação de deficiência que pode ser aplicada a vários aspectos da saúde e da doença:

*Deficiência:* perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

*Incapacidade:* restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária.

*Desvantagem*: prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência.

A figura abaixo mostra a possibilidade de interrupção da seqüência em qualquer estágio, na incapacidade, desvantagem, deficiência, ou na doença.



**Figura 1:** Intersecção dos conceitos de deficiência, incapacidade, desvantagem e doença.

**Fonte:** Amiralian (2000).

A Figura 1 mostra que uma pessoa pode ter uma deficiência sem incapacidade, uma incapacidade sem desvantagem ou uma desvantagem sem incapacidade ou deficiência, que é a possibilidade de interrupção da seqüência em qualquer um dos estágios mostrados.

Segundo Omote (1994), criando categorias para especificar diferentes tipos de deficiência cria-se também a ilusão de homogeneidade entre os membros pertencentes a esta, que podem ser vistos como muito parecidos uns com os outros, o que pode acabar padronizando o atendimento a eles dispensado.

Em relação ao conceito de deficiência no art. 3º do decreto 3298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, considera que:

- *Deficiência* é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de: habilidades sociais; utilização da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; trabalho.

- *Deficiência múltipla* – associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam conseqüências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa. (<http://www.senac.br/conheca/DCconceito.pdf> ).

## Tipos de Deficiência

As deficiências se dividem em físicas, sensoriais, e mentais, sendo que a deficiência múltipla é a existência de um ou mais tipos de deficiência em um mesmo indivíduo, e também existe o TGD que são os Transtornos Globais de Desenvolvimento, que são distúrbios nas interações sociais e na comunicação (NOVA ESCOLA, 2009).

Percentual da ocorrência de deficiências na população brasileira.

Tipos de deficiência.	Frequência
	%
Mental	1.7%
Física	8.3%
Auditiva	7.4%
Visual	21.1%

**Tabela 1:** Percentual de deficiências.

**Fonte:** Censo IBGE (2000).

Segundo a Tabela 1, a população brasileira tem uma ocorrência de 1.7% de deficientes mentais, 8.3% de deficientes físicos, 7.4% são deficientes auditivos e 21.1% da população, o maior percentual, tem deficiência visual.

A deficiência física é o conjunto de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, coordenação motora geral como decorrência de má-formação congênita ou adquirida (MINAS GERAIS, 2006).

Segundo o Manual de Portadores de Deficiência Física, “O conceito de deficiência física engloba qualquer anormalidade do sistema nervoso ou do sistema músculo-esquelético que promovem alterações na forma e função do aparelho locomotor”.

Alguns exemplos de deficiência física são: lesão cerebral, lesão medular, miopatias, patologias degenerativas do sistema nervoso central, lesões nervosas periféricas, amputações, seqüelas de patologias da coluna, distúrbios dolorosos da coluna vertebral e das articulações dos membros, artropatias, reumatismo inflamatório da coluna e das articulações, doenças osteomusculares, seqüelas de queimaduras (MINAS GERAIS, 2006).

Já as deficiências sensoriais se dividem em auditivas e visuais. A surdez é a perda parcial ou total da audição, que pode resultar em dificuldades de compreensão, comunicação, interpretação e até mesmo da produção escrita quando esta é leve não impede a aquisição normal da língua oral, porém ocasiona dificuldades na articulação, na leitura e escrita; na surdez moderada há o atraso de linguagem e alterações articulatórias; a surdez severa ocasiona a perda auditiva que impede o entendimento da linguagem oral com ou sem o aparelho auditivo, para os quais necessitam da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), só utilizarão a língua portuguesa como segunda língua (MINAS GERAIS, 2006).

De acordo com o Decreto nº. 3298 de 20 de dezembro de 1999 conceitua-se como deficiência visual: a cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica; a baixa visão, é a que tem acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica e os casos em que a somatória da medida do campo visual for igual ou menor que 60°, ou a ocorrência simultânea dos casos citados anteriormente (BRASIL, 1999).

A deficiência visual é a perda total ou parcial da capacidade de ver, a cegueira consiste na perda total ou o resíduo mínimo da visão o que o levará a utilizar do Braille para a leitura e escrita; a baixa visão é caracterizada por um resíduo visual que permite ler desde que se empreguem recursos e equipamentos especiais (MINAS GERAIS, 2006).

A deficiência mental é caracterizada pelo desempenho intelectual significativamente abaixo da média, limitações associadas a duas ou mais áreas, comunicação, habilidades sociais, locomoção, desempenho escolar confusão de idéias, etc. Não pode ser confundido com neurose, psicose ou autismo, podendo esses ser encontrados associados a um quadro de deficiência mental (MINAS GERAIS, 2006).

Segundo Fonseca (1995),

A deficiência mental é definida pela Associação Americana de Desenvolvimento Mental como “a condição na qual o cérebro está impedido

de atingir um desenvolvimento adequado, dificultando a aprendizagem no indivíduo, privando-o de ajustamento social”.

Na definição de Fonseca (1995), surgem conceitos que de certa forma iniciam uma nova era nas expectativas, no desenvolvimento, e na aprendizagem e ajustamento social, que acentuam o enfoque educacional das definições de deficiência mental. Definindo melhor a deficiência mental nota-se que ela apresenta um ritmo de desenvolvimento e de maturação, e evoluções conceituais mal controladas, onde o meio tem papel fundamental na aceitação ou rejeição dos comportamentos adaptativos.

Os Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) geralmente se manifestam nos primeiros cinco anos de vida, são distúrbios nas interações sociais recíprocas (NOVA ESCOLA, 2009).

Alguns exemplos são autismo, síndrome de Asperger, síndrome de Willians e a síndrome de Rett.

O autismo é um distúrbio do desenvolvimento humano caracterizado por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. Estas alterações estão presentes desde idades muito precoces, essas crianças na maioria das vezes passam por um período de normalidade antes da manifestação dos sintomas (APAE EM REDE, 2009) tais como isolamento ou comportamento social impróprio; pobre contato visual; dificuldade em participar de atividades em grupo; indiferença afetiva ou demonstrações inapropriadas de afeto; falta de empatia social ou emocional (GADIA, TUCHMAN, ROTTA, 2004).

A síndrome de Asperger possui algumas semelhanças com o autismo, porém as pessoas portadoras dessa síndrome geralmente têm elevadas habilidades cognitivas e funções de linguagens normais. As crianças portadoras da síndrome de Asperger podem ou não procurar uma interação social, porém possuem sempre dificuldades de interpretar e aprender a interação social e incapacidade para interagir emocionalmente (TEIXEIRA, 2005).

A síndrome de Willians é caracterizada por um comportamento sociável e comunicativo, com utilização de expressões faciais contatos visuais e gestos em sua comunicação. As crianças portadoras dessa síndrome têm problemas de coordenação e equilíbrio e atraso psicomotor, começam a falar tarde, porém apresentam sensibilidade musical e boa memória auditiva (SILVA I, sem data).

A síndrome de Rett acomete crianças do sexo feminino e causa distúrbios neurológicos, distúrbios de comportamento e compromete as funções motora e intelectual. Os comportamentos aparecem após o 8º ao 12º mês, que é quando a criança torna-se isolada e



ocorre uma parada nos ganhos psicomotores, surgem movimentos estereotipados das mãos seguido da perda das habilidades manuais (<http://www.geocities.com/oribes/rett.htm>).

Altas habilidades/superdotação são sinônimos de genialidade, a criança que a possui, demonstra habilidade intelectual superior, o que vem a ser um fenômeno muito raro. Possuem facilidade de aprendizagem e domínio rápido de conteúdos, fatores que devem ser aprofundados e enriquecidos (LIMA, sem data).

O Quadro abaixo, extraído do Projeto Incluir, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, mostra algumas causas de deficiências em suas diferentes fases, pré peri ou pós natais.

<b>Causas</b>	<b>Pré-Natais</b>	<b>Perinatais</b>	<b>Pós-Natais</b>
<b>Genéticas e congênitas</b>	Síndromes, má-formações, outras.		
<b>Infecciosas</b>	Rubéola, sífilis e toxoplasmose.	Infecção hospitalar	Meningite, sarampo, paralisia infantil, etc.
<b>Mecânicas</b>	Quedas, traumatismos, tentativas de aborto, parto prematuro e hemorragias.	Anóxia, traumas cranianos, lesões nervosas, dificuldades respiratórias ao nascer.	Acidentes automobilísticos, quedas, agressões físicas.
<b>Físicas</b>	Raios-X, radioterapia.		Fogo, soda, instrumentos de corte.
<b>Tóxicas</b>	Medicamentos, drogas, álcool/ fumo.	Medicamentos (auto-medicação).	Medicamentos, produtos de limpeza.
<b>Má alimentação</b>	Desnutrição, anemia.		Desnutrição, anemias, problemas metabólicos.
<b>Outras</b>	Hipertensão, fator RH, diabetes, problemas cardíacos.	Prematuridade, erros metabólicos, dificuldade respiratória, icterícia.	

**Quadro 1:** Causas de Deficiências.

**Fonte:** Minas Gerais (2006).

O Quadro 1 mostra as causas de deficiências citado pelo Projeto Incluir (2006) do governo de Minas Gerais, que dividem-se em: genéticas e congênitas que acontece no período

pré-natal; infecciosas, mecânicas, e tóxicas nos períodos pré, peri ou pós natais; ou físicas e de má alimentação entre outras.

### **O Papel da Família no Processo de Inclusão.**

O primeiro universo de relações sociais da criança é constituído pela família, que tem influência primordialmente nas relações estabelecidas por meio da comunicação tanto verbal quanto não verbal. Qualquer alteração que venha a ocorrer em um dos membros desse grupo de relações diversificadas que esta se constitui, muda o funcionamento do todo; cada membro da família vivencia a chegada de uma criança com deficiência de uma maneira particular (SILVA E DESSEN, 2001).

O nascimento de um filho é o momento mais aguardado pelos familiares este estabelece um marco na vida dos pais. A missão do filho quando nasce é de fazer diferente o que na história dos pais foi julgado deficiente. A malformação do filho real faz reavivar os conflitos da família e dificulta a laboração gradual do mesmo. A impossibilidade de realizar seus desejos, sonhos e fantasias trazem uma grande frustração para toda a família (REGINATO, 2005).

Segundo Silva e Dessen 2001,

O impacto sentido pela família com a chegada de uma criança com algum tipo de deficiência é intenso. Segundo Brito e Dessen (1999), esse momento é traumático, podendo causar uma forte desestruturação na estabilidade familiar. O momento inicial é sentido como o mais difícil para a família (Petean, 1995), a qual tem que buscar a sua reorganização interna (Taveira, 1995) que, por sua vez, depende de sua estrutura e funcionamento enquanto grupo e, também, de seus membros, individualmente (...).

Os pais ou responsáveis intermediarão a inclusão de seus filhos junto a comunidade, por esse motivo precisam de orientação e principalmente do acesso a grupos de apoio, pois a partir de agora também se tornam pessoas com necessidades especiais (MACIEL, 2000).

No período em que tanto a criança quanto os pais mais necessitam de ajuda, é o momento em que ela mais lhes falta e quando esta ajuda existe, é muito pequena, e é nesse período que os pais ajudarão seus filhos a desenvolverem a confiança básica que os acompanharão para o resto da vida, momento este no qual formarão atitudes fundamentais á sua ótica futura e ao aprendizado em geral (BUSCAGLIA, 1993).

Segundo Graciano e Figueira apud Reginato (2005):

A família é algo imprescindível na ambientalização da criança; representa a primeira fonte de ensinamentos para a sua formação. Portanto, torna-se necessária a prestação de assistência e orientações aos pais para

enfrentamento do problema com realidade, pois é a família a primeira instituição que se encarrega de assentar as bases para a integração ou não desta criança na sociedade.

Falkenbach (2008) descreve em seu artigo que a falta de informações e o preconceito podem fazer o processo de aceitação da criança pelos seus pais ser doloroso, justamente por não saber a respeito da deficiência que a criança possui afinal, ela estará aprendendo com a convivência no ato de ser mãe de uma criança com deficiência.

Os pais, nos primeiros anos, podem ser envolvidos na intervenção com seus filhos, condições poderão ser criadas para que sejam os primeiros a estimular e condicionar situações de aprendizagem básica. As auto punições dos pais podem ser transformadas em atitudes positivas e abertas que proporcionará a criança um envolvimento afetivo e emocional ajustado. Deste modo verifica-se a importância da participação dos pais desde os primeiros momentos de vida, a criança necessita de aceitação para o seu desenvolvimento. A responsabilidade da superação da culpabilidade biológica a estimulação adequada e o ajustamento social se deve aos pais aos quais também cabe a criação de experiências de vida que são de grande importância, pois proporcionam condições de desenvolvimento que valorizam a maturidade emocional e a independência corporal (FONSECA, 1995).

Segundo Buscaglia (1993),

O tipo de vida e o futuro que essas crianças terão quando crescerem dependerá em grande parte delas mesmas, mas sofrerá também influência da sensibilidade das atitudes do conhecimento e da personalidade em geral dos pais e familiares. A sociedade também terá grande participação na formação desses seres humanos, pois estipulará o que serão deles exigidos, que espécie de ajuda receberão e se serão aceitos ou rejeitados.

## **O Papel da Sociedade no Processo de Inclusão**

Ao se buscar dados na Idade Antiga e na Idade Média sobre o tratamento dado as pessoas com deficiência o que é encontrado são relatos que mostram que os imaturos os fracos e os defeituosos eram eliminados e essa exterminação não era um problema ético ou moral, pois a pessoa deficiente parecia não ter importância quanto ser humano, sua única ocupação era a diversão dos senhores e seus hóspedes como bobo ou palhaço (ARANHA, 2001).

Por muito tempo as pessoas deficientes foram apontadas como incapazes assim eram privadas do convívio social, sempre representadas por outra pessoa, mesmo em pequenas situações do cotidiano, sequer tinham direito de escolher suas roupas, amigos, trabalho, escola etc (TESSARO, 2004).

Segundo Aranha (1995) a grande maioria dos brasileiros portadores de deficiência permanece, ainda, segregada em Instituições e Escolas Especiais, sem participação ativa na vida da sociedade, e incapacitada para o efetivo exercício de sua cidadania.

A deficiência passa a ser considerada uma doença crônica, um peso ou um problema devido a falta de conhecimento da sociedade. O estigma da deficiência transforma as pessoas cegas, surdas e com deficiências mentais ou físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas (MACIEL, 2000).

A organização social interfere diretamente no modo de pensar e agir com o diferente, as diversas formas de percebê-lo nos vários tempos e lugares vem das crenças e ideologias aprendidas pela complexidade da individualidade humana (JANUZZI, 1985).

As atitudes dos outros desempenham um papel essencial, quando nasce uma criança deficiente a sociedade modifica suas condutas, ao invés de cartões de parabéns e prendas, há emotividades e culpabilidade hereditária inconscientes, que dramatizam ainda mais a situação (FONSECA, 1995).

Alem do estigma e do preconceito o portador de deficiência também sofre por constituir-se um cidadão de terceira classe, onde a primeira classe é constituída por cidadãos a quem se garantem os direitos fundamentais da cidadania, a segunda são os membros das classes subalternas assistidos por uma elite dirigente que impede a sua ascensão a cidadania

plena, e os terceiros além de fazer parte da segunda classe possui a marca da excepcionalidade (TESSARO, 2004 *apud* BUENO, 1993).

Segundo Maciel (2000) no artigo *Portadores De Deficiência a questão da inclusão social*:

Deve-se lembrar, sempre, que o princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas portadoras de deficiência devem ter suas necessidades especiais atendidas. (...) O primeiro passo é conseguir a alteração da visão social através:

- de um trabalho de sensibilização contínuo e permanente por parte de grupos e instituições que já atingiram um grau efetivo de compromisso com a inclusão de portadores de necessidades especiais junto à sociedade;
- da capacitação de profissionais de todas as áreas para o atendimento das pessoas com algum tipo de deficiência;
- da elaboração de projetos que ampliem e inovem o atendimento dessa clientela;
- da divulgação da Declaração de Salamanca e outros documentos congêneres, da legislação, de informações e necessidades dos portadores de deficiência e da importância de sua participação em todos os setores da sociedade.

Segundo Mendes (2002), *apud* Tessaro (2004), o movimento pela inclusão social da pessoa portadora de deficiência está intimamente atrelado à construção de uma sociedade democrática, em que todos, possam conquistar sua cidadania.

A questão da deficiência deve ser mais positiva em termos de direitos humanos. A socialização do indivíduo depende diretamente da intenção de ajudar ou de rejeitar, não alimentando dicotomias do tipo normal e anormal, deficiente e não deficiente, mais sim as superando. Em um meio que oprime a inadaptação é agravada pelas reações principalmente das crianças, e esta surge com maior evidência com o advento do desenvolvimento tecnológico sem o correspondente desenvolvimento humano, tendo um mecanismo de discriminação social e cultural (FONSECA, 1995).

“... a educação inclusiva é um projeto importante, mas incluir a criança não quer dizer apenas colocá-la na escola. Efetivar a inclusão depende da união entre escola, família, poder público, sociedade... da formação que o professor precisa para atuar profissionalmente com essa criança integrando-a na sociedade como pessoa que aprende e como cidadão...” (Minas Gerais 2006 *apud* Paula 2004).

# INCLUSÃO EDUCACIONAL

## Inclusão ou Integração

O momento atual do Brasil é de co-existência de dois paradigmas: o de integração e o de inclusão (MINAS GERAIS, 2006).

Inicialmente, com o propósito de efetivar esses princípios norteadores, os esforços centraram-se em conseguir que as pessoas com deficiência fossem integradas nas salas comuns das escolas regulares ou na mais adequada para elas. A partir da evolução da experiência da integração escolar em diferentes países, viu-se que na maioria dos casos esta integração não ocorreu. Em consequência, o objetivo principal da inclusão centra-se em desenvolver uma educação eficaz para todos os alunos, posto que a segregação categórica de qualquer subgrupo de pessoas é simplesmente uma violação dos direitos civis e do princípio de igualdade da cidadania (Sanchez, 2005).

Incluir e integrar tem significados muito parecidos, o que pode fazer com que muitas pessoas utilizem esses verbos indistintamente. No entanto, ainda que tenham objetivos aparentemente iguais, que vem a ser a inserção de pessoas com deficiência na sociedade, representam filosofias totalmente diferentes. É aí que surgem os mal entendidos sobre o tema. As pessoas usam o termo inclusão quando, na verdade, estão pensando em integração. Existem algumas principais diferenças entre inclusão e integração: Na inclusão a inserção é total e incondicional, exige rupturas, mudanças transformações que beneficia toda e qualquer pessoa inserida na sociedade que se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de todos, deficientes ou não. Seu ideal é trazer para dentro dos sistemas os grupos de "excluídos" e, paralelamente, transformar esses sistemas para que se torne de qualidade para todos. O adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com e sem deficiência (MELERO, 2002).

Um aluno com necessidades educacionais especiais integrado numa classe regular precisaria apresentar apenas dificuldades de comuns a medias (SANCHES, 2005).

Já na integração, a inserção é parcial e condicional, fazem mudanças visando prioritariamente a pessoas com deficiência e contentam-se com transformações superficiais. A integração defende o direito de pessoas com deficiência que se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, e faz apenas ajustes. O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas as pessoas com deficiência consideradas aptas (MELERO, 2002).

Todos os alunos são membros de direito em uma classe regular de inclusão independente de suas características pessoais (SANCHES, 2005).

<b>Integração</b>	<b>Inclusão</b>
Competição	Cooperação/solidariedade
Seleção	Respeito às diferenças
Individualidade	Comunidade
Preconceitos	Valorização das diferenças
Visão individualizada	Melhora para todos
Modelo técnico-racial	Pesquisa reflexiva

**Tabela 2:** Diferenças entre Integração e inclusão  
**Fonte:** Sanches, (2005).

A Tabela acima mostra algumas diferenças entre integração e inclusão identificadas por Sanches (2005) em seu artigo “A Educação Inclusiva: Um meio de construir escolas para todos no século XXI”. O autor mostra que na integração há competição, seleção, individualidade, e preconceito, entre outros; já na inclusão há cooperação, solidariedade e também respeito as diferenças.

Segundo Sanches (2005), *apud* Ainscow (1995), a inclusão dirige seu olhar a todos os alunos, já que todos podem experimentar dificuldades de aprendizagem em um dado momento.

Não se pode acreditar que inclusão é colocar pessoas que não possuem deficiência no mesmo espaço com pessoas portadoras de deficiência. Pois inclusão implica um processo onde as pessoas excluídas e a sociedade, efetivam a equiparação de oportunidades para todos (TESSARO, 2004).

## **Inclusão Escolar**

O processo de inclusão escolar é marcado por muitas discussões entre, os defensores da inclusão de portadores de deficiência no ensino regular, e quem se opõe dizendo que a escola inclusiva é uma realidade idealizada que dificilmente vai se concretizar. Porém a inclusão escolar vem se concretizando e parece ser um caminho sem volta, e ela não significa tirar o aluno da classe especial e enviá-lo para a sala de ensino regular, se trata de um envolvimento sério na busca de direitos e por um lugar na sociedade, e com o objetivo de uma educação menos estigmatizada e mais eficaz, priorizando o indivíduo em detrimento ao conteúdo (TESSARO, 2004).

A proposta de educação inclusiva deve ser compreendida como um valor, cuja implementação se faz pela reestruturação das escolas em todos os níveis, de modo que possam atender as necessidades especiais de todos os alunos na rede regular de ensino (REGINATO, 2005).

Um sistema denominado de Cascata se constitui em uma educação especializada com o objetivo de preparar os alunos especiais, até então matriculados em escolas especiais para um possível acesso futuro a escola regular, depois de passar por uma avaliação educacional. Nesse sistema há uma lógica de adaptação do sujeito ao meio oferecendo a ele caminhos que permitam o acesso ao ensino regular (MINAS GERAIS, 2006).

A Declaração de Salamanca (1994) diz que:

O princípio fundamental da educação inclusiva consiste em que todas as crianças devem aprender juntas, não importando quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Nessa perspectiva, as escolas inclusivas devem reconhecer as necessidades de todos os alunos, adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando respostas educacionais adequadas por meio de um currículo flexível, boa organização escolar, diversificação de recursos e entrosamento com suas comunidades.

A criança com deficiência deve ser inserida na educação regular desde a educação infantil, assim terá uma trajetória mais favorável à sua aprendizagem experimentando situações mais ricas em um ambiente comum. A escola tem uma importante função e deve ter condições para desempenhá-la, para isso é preciso que haja investimentos na materialidade das escolas, na formação dos docentes e na valorização dessa atividade. É necessário que haja uma abertura para o trabalho com a diferença para que a esta não seja uma pré-condição para que ele seja reconhecido como outro, se os referenciais escolares continuarem os mesmos, não há caminho para a inclusão (MINAS GERAIS, 2006).



## **Legislação Sobre Inclusão Educacional**

De acordo com lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que educação especial é à modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos portadores de necessidades especiais.

O art. 58 em seu parágrafo primeiro, diz que quando necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

No discurso pronunciado na sessão de 29 junho de 2004, o então deputado Leonardo Matos fala:

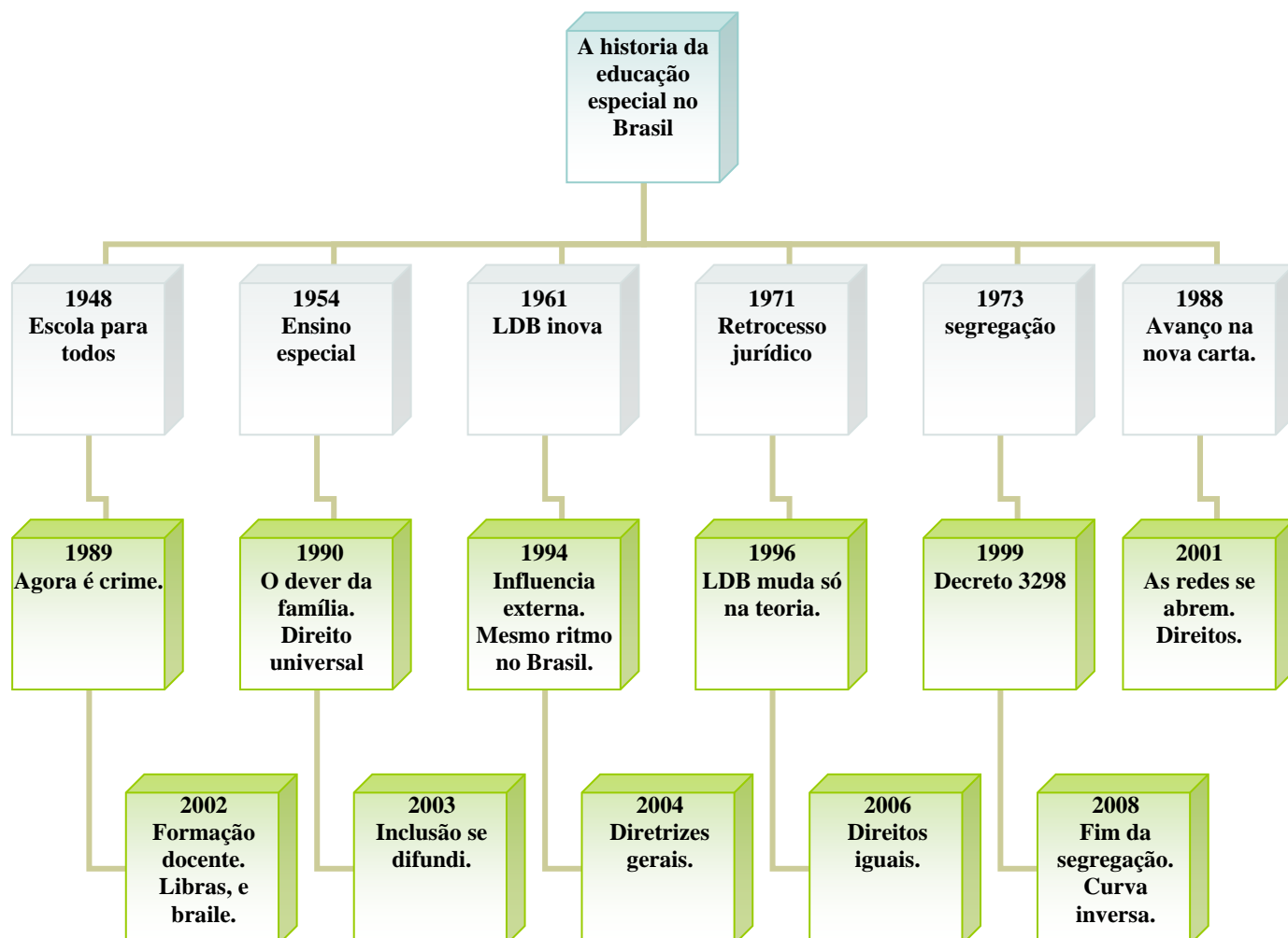
É bom que se diga que "educação especial" não significa atendimento escolar à parte, à margem. Não deve trazer implícita, a idéia de segregação. O atendimento aos educandos com necessidades especiais pode, em grande parte dos casos, ser feito com a introdução de medidas complementares na escola comum, permanecendo estes alunos nas turmas regulares, em convivência, sem discriminações, com os demais estudantes. Este deve ser o correto significado da expressão "colocar em prática a inclusão escolar" dos deficientes. Mas, para isso, é indispensável que as escolas disponham de todos os meios necessários para oferecer o atendimento de qualidade a que têm direito esses educandos.

Em junho de 1994 os delegados da conferencia mundial da educação especial representando 88 governos e 25 organizações internacionais reafirmaram o compromisso para com a educação para todos reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. O resultado dessa conferência se deu com a Declaração de Salamanca, na qual foi proclamado que toda criança tem direito a educação e a oportunidade de atingir o nível adequado de aprendizagem, visto que esta possui características e necessidades únicas as quais a pedagogia centrada na criança deve ser capaz de satisfazer.

A LDB de 1996 cita no art. 60 que o poder público adotará como alternativa o atendimento dos alunos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino. No art. 58, garante aos alunos com necessidades especiais serviços de apoio especializado, na escola regular e desde que não seja possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular, haverá escolas e serviços especializados para o atendimento educacional. O dever do

estado para com a educação especial tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

A Figura 2 representada pelo organograma abaixo mostra a história da educação especial no Brasil.



**Figura 2:** História da educação especial no Brasil.

**Fonte:** Nova escola 2009, edição especial.

A partir do organograma acima se observa as seguintes leis:

- **1948.** Escola para todos: Declaração Universal dos Direitos Humanos garante o direito de todas as pessoas à educação;

- **1954.** Ensino especial: É fundada a primeira Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), surge então uma opção a escola regular: o ensino especial;

Em 11 de dezembro de 1954 é fundada no Rio de Janeiro por Dona Alda Moreira Estrázula, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, (APAE) com a chegada de Beatrice Bemis dos Estados Unidos. A Sociedade de Pestalozzi do Brasil colocou a disposição parte de um prédio para a instalação da escola para crianças excepcionais. De 1954 a 1962 surgiram outras APAEs, que até então já totalizavam dezesseis. (Apaes em rede)

- **1961 LDB inova:** é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) garantindo às crianças com necessidades especiais preferência à educação na escola regular;

- **1971 Retrocesso jurídico:** a Lei número 5692 reforça as escolas especiais, determinando o tratamento específico para crianças com deficiência.

A lei número 5692 de 11 de agosto de 1971 no seu art. 9º estabelece que os alunos com necessidades especiais físicas ou mentais e os superdotados, com atraso quanto à idade regular de matrícula, deveram receber tratamento especial.

- **1973 Segregação:** é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) para a integração dos que acompanham o ritmo do ensino regular, sendo que os demais irão para a educação especial.

O decreto nacional nº 72.425, de três de julho de 1973, cria o Centro Nacional de Educação Especial, (CENESP) e estabelece no seu art 2º que proporcionará oportunidade de educação e estratégias que orientam a educação especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para alunos portadores de deficiências sensoriais, mentais, múltiplas, problemas de conduta e os superdotados.

- **1988 Avanço na nova carta:** A constituição estabelece igualdade no acesso à escola, devendo atender de forma especializada de preferência na rede regular.

O art 208, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que é dever do estado para com a educação garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

- **1989 Agora é crime:** é aprovada a lei nº 7853 que criminaliza o preconceito;

A lei nacional nº 7853, de 24 de outubro de 1989, em seu artigo 1º, estabelece o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de necessidades especiais. Em seu artigo 2º deixa claro que cabe ao poder público assegurar aos portadores de necessidades especiais direitos a educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social, amparo a infância e a maternidade entre outros.

- **1990 O dever da família.** Direito universal: Surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que obriga os pais a matricular seus filhos na rede regular. No mesmo ano a Declaração Mundial dos Direitos Humanos é reforçada pela Declaração Mundial da Educação para Todos estabelecendo que todos devem ter acesso a educação.

A lei nacional nº 8069 de 13 de julho de 1990 em seu art 55 estabelece que os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino.

A Conferencia Mundial sobre educação para todos que aconteceu entre os dias 5 e 9 de março de 1990 em Jomtien, Tailândia, relembra que a educação é um direito fundamental de todos e pela primeira vez na historia passa a ser vista como uma meta viável, e de fundamental importância para o progresso pessoal e social.

- **1994 Influência Externa.** Mesmo ritmo no Brasil: a Declaração de Salamanca influi nas políticas publicas da Educação definindo princípios e práticas da educação especial, nesse ritmo a política nacional condiciona o acesso ao ensino regular àqueles que conseguem acompanhar “os alunos ditos normais”.

Na Declaração de Salamanca, na Estrutura de Ação em Educação Especial parágrafo 3 estabelece que as escolas devem acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais lingüísticas e outras, devem incluir crianças deficientes e superdotadas, de rua ou que trabalham, e de origem étnicas e culturais, e outros grupos. Em relação aos portadores de necessidades especiais cabe a escola inclusiva o desafio de educar todas as crianças, incluindo aquelas com desvantagens severas.

- **1996 LDB muda só na teoria:** A LDB atribui às redes o dever de assegurar recursos e organização, além de currículos e métodos para atender as necessidades dos alunos.

Lei nacional nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996 em seu art 59 estabelece que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos técnicas, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades, terminalidade para a conclusão do ensino fundamental, e aceleração para os superdotados.

- **1999 Decreto nacional 3298:** cria a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e define a Educação Especial como ensino complementar.

O decreto nacional nº 3298 de 20 de Dezembro de 1999 em seu art 25 estabelece que os serviços da educação especial serão ofertados mediante programas de apoio ao aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas quando a educação da escola regular não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem estar do mesmo.

- **2001 As redes se abrem.** Direitos: resolução CNE/CEB 2 divulga a criminalização da recusa em matricular crianças com necessidades especiais, dessa forma cresce o número de matriculas destas no ensino regular. No mesmo ano o Brasil promulga a Convenção da Guatemala.

A resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001 em seu art 2º estabelece que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos com necessidades especiais e assegurar condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

A Convenção da Organização dos Estados Americanos (Convenção de Guatemala) que vem a ser o decreto nº 3956 de 8 de outubro de 2001, que decreta em seu art 1º a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.

- **2002 Formação docente, Libras e Braile:** resolução CNE/CP 1 define que as universidades devem formar professores para atender alunos com necessidades especiais. A lei nº 10436/02 reconhece a língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão, e a portaria 2678 aprova o uso e ensino do braile em todas as modalidades de educação.

A resolução do Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno de 18 de fevereiro de 2002 em seu art 6º parágrafo 3, estabelece a definição dos conhecimentos exigidos além da formação específica propiciando a inserção no debate contemporâneo sobre o desenvolvimento humano contemplando os conhecimentos sobre especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A lei nacional nº 10436 de 24 de abril de 2002 reconhece no art 1º, Libras – Língua Brasileira de Sinais, como meio legal de comunicação e expressão que se constitui no sistema lingüístico de natureza visual-motora, para transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

A portaria 2678 de 24 de setembro de 2002 em seu art 1º aprova o projeto da Grafia Braile para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo território nacional.

- **2003 Inclusão se difunde:** MEC cria o programa educação inclusiva, que forma professores para atuar na disseminação da educação inclusiva.

O programa de formação de professores treina profissionais dos municípios pólo, e estes atuam como multiplicadores repassando para os colegas de cada cidade as discussões sobre a educação inclusiva. (NOVA ESCOLA on-line)

- **2004 Diretrizes gerais:** reafirmação do direito dos alunos com necessidades especiais a escolarização no ensino regular.

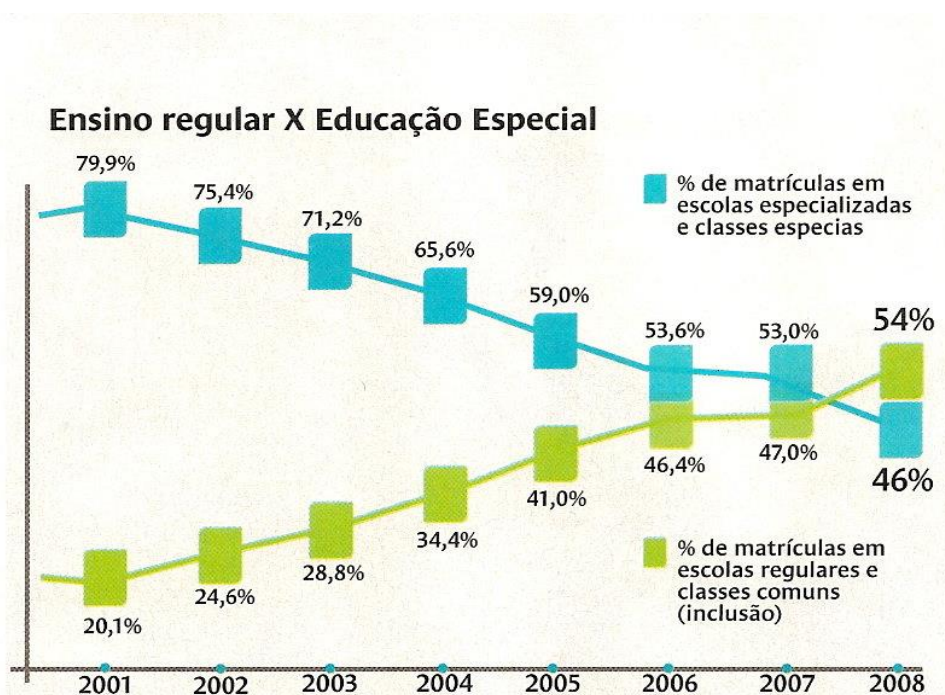
- **2006 Direitos iguais:** Organização das Nações Unidas (ONU) aprovam a convenção que estabelece que as pessoas portadoras de necessidades especiais tenham acesso ao ensino inclusivo.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 25 de agosto de 2006 reconhece a importância da igualdade de oportunidades para pessoas com deficiências para que estas se igualem a todos.

- **2008 Fim da segregação, curva inversa:** A Política Nacional de Educação Especial define: todos devem estudar na escola comum. O número de crianças com necessidades

especiais matriculadas no ensino regular ultrapassa os da escola especial. Brasil faz das normas da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, parte da legislação nacional.

O Gráfico abaixo retirado da edição especial da revista nova escola sobre inclusão, mostra que em 2001 a porcentagem de matrículas em escolas especializadas e classes especiais eram de 79,9% contra 20,1% de matrículas em escolas regulares e classes comuns, número este que passa de 54% de matrículas no ensino regular contra 46% de matrículas no ensino especializado no ano de 2008.



**Gráfico 1:** Porcentagem de matrículas no ensino regular e no ensino especial  
**Fonte:** Nova escola (2009) edição especial.

## ESCOLA X INCLUSÃO

### A Inclusão e a Aprendizagem

A edição de outubro de 2007 da revista nova escola, com o tema “Inclusão È Hora de Aprender”, traz algumas questões relacionadas à aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais incluídos no ensino regular.

Há dez anos, quase 90% dos matriculados freqüentavam instituições ou classes especiais. Hoje, são apenas 53% nessa situação – ou seja, quase metade está em salas regulares. A batalha continua, mas agora acompanhada de outra tão importante quanto: garantir a aprendizagem. Não basta acolher e promover a interação social. É preciso ensinar (...) (NOVA ESCOLA OUT. 2007).

O ideal é dar apoio aos professores regentes e permitir que trabalhem em conjunto com os especialistas. Para isso são necessárias mudanças físicas e pedagógicas e o reconhecimento de uma nova função por parte do professor. A escola inclusiva precisa garantir condições de aprendizagem, e não somente matricular. Não há um manual de instrução para se tornar uma escola inclusiva, porém toda a equipe precisa se unir e trabalhar em prol da aprendizagem (NOVA ESCOLA, 2007).

Segundo Sasaki (2000), os alunos não são problemas; eles são desafios às habilidades dos professores em encontrar respostas educativas as necessidades individuais dos alunos.

O professor tem apresentado dentro de uma educação inclusiva dificuldade de vislumbrar o trabalho pedagógico como tarefa sua, independente de quaisquer outras necessidades que o aluno possa apresentar, sejam elas físicas, clínica, psicológica ou social que deverão ser acompanhadas por outros profissionais que não irão substituí-lo em seu fazer pedagógico (CORREA, 2002).

O estado de São Paulo capacitou no ano de 2007, 150 professores pelo Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (Cefae) em parceria com a universidade federal de São Paulo, o órgão foi criado para acompanhar as escolas, para que estas ofereçam uma

inclusão focada na aprendizagem. A implantação das salas de apoio tem muito valor e é um investimento atual das secretarias de educação inclusiva, porém a inclusão não pode se condicionar à implantação deste recurso, o atendimento educacional deve ser preferencialmente dentro da sala de aula, e os professores regentes não devem delegar o ensino somente aos especialistas. Diferente do habitual, que é incluir o portador de necessidades especiais no ensino regular a partir do ensino fundamental, este trabalho começa na educação infantil, com atividades auxiliares para os pequenos, como é o exemplo da língua de sinais, da qual ainda há resistência por parte dos pais, de ser iniciada tão cedo, mas pode ter uma recepção surpreendentemente boa (NOVA ESCOLA, 2007).

O professor deve valorizar o potencial de aprendizagem de todos os alunos, adaptando propostas metodológicas de acordo com as necessidades especiais, criando situações de ensino considerando o conhecimento prévio, a curiosidade e o interesse do aluno, tornando a aprendizagem significativa (EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2002).

A visão de que os alunos com necessidades educacionais especiais precisam estar prontos para se encaixar em uma situação de aprendizagem ou que as dificuldades necessitam ser trabalhadas e melhoradas, pode prejudicar o processo de aprendizagem em sala de aula. As expectativas e definições estão sendo reavaliadas para que a inclusão ocorra com a posição educacional desejada em sala de aula. As diferenças dos alunos devem ser reconhecidas como oportunidade de aprendizagem para todos da classe (STAINBACK, 2006).

A diferença pode ser vista pelo professor não de forma positiva, mas sim como uma barreira no encontro com seus alunos o que não vem a ser um encontro casual e sim uma rotina da qual esses alunos fazem parte muitos dias por ano e muitas horas por dia, essa diferença pode ter provocado na escola tantos debates. O ritmo um pouco mais lento de aprender e participar das atividades torna-se tolerável para o professor já quando a questão é a “diferença-deficiência” a aceitação se torna mais difícil (ALVES, 2006).

Logo, pensar acerca da escola inclusiva nos remete buscar alternativas de diferenciação pedagógica, possibilitando a Todos o direito social de aprendizagem. Assim, requer, da mesma forma, a transformação das práticas pedagógicas quando dimensionadas em práticas avaliativas, a fim de que estas não constituam um mecanismo de seleção classificatória na fabricação de sucessos e de fracassos escolares, mas possibilitem a orientação da prática docente, na tentativa constante de aprimorar as práticas educativas e reduzir as desigualdades e os preconceitos pedagógicos (FREITAS, 2006).

Apoiando as necessidades e as qualidades dos alunos, é onde centra-se a educação inclusiva pensando na heterogeneidade do alunado como uma situação normal mantendo um delineamento educativo que permita a utilização de diferentes níveis instrumentais e

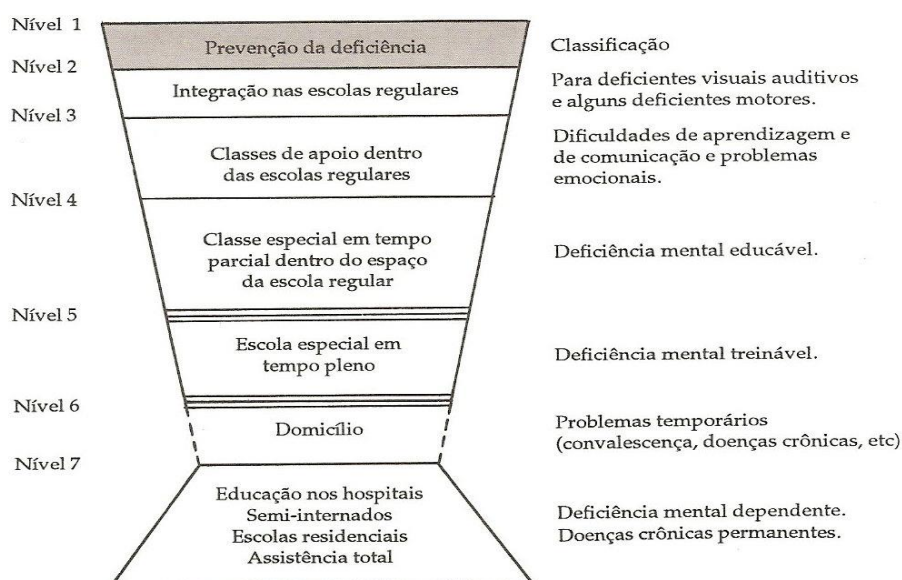


atitudinais que beneficiem a todos. A educação segregada passa então para um sistema inclusivo que possui como característica a aprendizagem centrada na criança o que vem a ser uma transformação de um mundo intolerante para um mundo que vê a diversidade como algo natural que responde a necessidades dos alunos de maneira eficaz (SANCHES, 2005).

## Suportes para Trabalhar a Inclusão

Uma sugestão de processo pedagógico poderia ser o acompanhamento da criança portadora de necessidades especiais e a evolução de sua aprendizagem, constando nesse processo a história clínica e familiar da criança, onde haveriam registros desde pré-natais até os efeitos de intervenções pedagógicas realizadas. Uma ação conjunta de médicos e psicólogos escolares como parte integrante do sistema escolar, condicionaria uma perspectiva preventiva de formação e investigação, seguindo principalmente crianças entre dois e cinco anos, período no qual há uma queda na vigilância médica, o que interfere no desenvolvimento da aprendizagem nesse período (FONSECA, 1995).

A Figura 3 mostra os níveis de aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais e os serviços prestados pela educação especial.



**Figura 3:** Níveis de aprendizagem e os serviços de educação especial.  
**Fonte:** Fonseca (1995).

A Figura acima apresenta os níveis de aprendizagem, proposto por Fonseca (1995), que inicia com o Nível 1, onde se encontra a prevenção da deficiência e sua classificação. O Nível 2, mostra a integração nas escolas regulares pra deficientes visuais auditivos e alguns

deficientes motores. O Nível 3, fala das classes de apoio dentro das escolas regulares que seriam para alunos com dificuldade de aprendizagem e de comunicação e problemas emocionais. O Nível 4, fala dos portadores de deficiência mental educável, que freqüentariam classes especiais em tempo parcial dentro do espaço da escola regular. No nível 5, observa-se a escola especial em tempo pleno que seria para casos de deficiência mental treinável. No Nível 6, observa-se o tratamento em domicílio, para problemas temporários. No Nível 7, a deficiência mental dependente e doenças crônicas permanentes, que teriam educação em hospitais, semi-internatos, escolas residenciais e assistência total.

Segundo Sasaki (2002), a educação inclusiva visa inserir alunos com deficiência nas escolas comuns desde que sejam considerados capazes de se integrar na rede regular de ensino.

A relação entre os pares é fundamental para o confronto de diferenças, proporciona compartilhamento de conhecimentos, e a capacidade cognitiva de cada um facilita a problematização das situações. Individualizar os percursos de aprendizagem e diferenciar pedagogicamente não significa desprezar a interação entre os indivíduos (FREITAS, 2006).

## **A Escola Inclusiva**

A escola inclusiva certamente não será uma escola seriada, e as escolas que optaram por essa prática, vêm tendo bons resultados além da significativa aceitação por parte dos alunos com necessidades especiais no ambiente convencional de ensino (SIQUEIRA, 2002).

Já a educação especial se restringe as crianças, adolescentes, jovens e até adultos com deficiência, ensino esse desenvolvido em escolas ou salas separadas paralelo ao sistema regular (SASSAKI, 2002).

A escola deve estar preparada para acolher e educar não somente os alunos considerados educáveis, mas todos os alunos fazendo com que participem da vida escolar e social dessa comunidade escolar (SANCHES, 2005).

A realidade é que a maioria dos professores não foi formada para a educação inclusiva o que trás um grande desafio: a aceitação do diferente como igual. A proposta de romper com o ciclo vicioso do modelo da escola seletivo-excludente é a formação de professores com uma profunda mudança no enfoque acadêmico, a educação em um modelo inclusivo para uma escola inclusiva (SIQUEIRA, 2002).

A proposta da inclusão escolar constitui um processo de mudança, é a adaptação das estruturas e metodologias da escola, a capacitação de professores, especialistas, funcionários, alunos e demais membros da comunidade escolar e da sociedade, oferecendo suportes e atendimento de acordo com as necessidades dos alunos portadores de necessidades especiais. Requer flexibilidade curricular, adequação dos sistemas de comunicação e acessibilidade de prédios e equipamentos. A adequação de qualquer escola será um desafio na qual crianças com deficiência ou não desenvolverão juntas relacionamentos positivos e vantajosos para ambos os lados (SASSAKI, 2002).

A educação inclusiva deve manter a atenção e valorizar a diversidade evitando rótulos e preconceitos, o que exige que a escola defina sua responsabilidade envolvendo seus profissionais em uma discussão estudo e reflexão sobre a inclusão, para além de colocar o aluno na escola, dar-lhe condições de acesso e permanência em todo o fluxo de escolarização. Os serviços educacionais especiais devem fazer parte de uma estratégia global, como elemento integrante em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior, bem como educação de jovens e adultos e educação profissional. As escolas inclusivas proporcionarão condições efetivas de aprendizagem a todos os alunos podendo contactar o ensino especial como atendimento complementar (GUIMARAES, 2002).

Uma escola para todos com qualidade depende da ação, formação e dedicação dos professores, a utilização de estratégias metodológicas adequadas, introdução de correções necessárias e a definição de suas necessidades para uma formação continuada, tendo consciência do que, para quem e como ensinar, a atitude positiva é determinante para o êxito do trabalho. O professor se transforma em pesquisador e aprendiz enxergando seus alunos como sujeitos sociais, construindo olhares para a realidade (EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2002).

O importante é verificar a quantas anda a produção da pedagogia da diferença: pedagogia da pluralidade. Muitas perguntas vão nessa direção, pois incluir considerando apenas o acesso a escola não é inclusão! O importante é a permanência, a convivência plural. (...)

Assim, o mais difícil, penoso e demorado a fazer é mudar a concepção das pessoas quanto à natureza da escola. Porque a escola inclusiva será aquela em que a ninguém, sob nenhum pretexto, será negado o direito de nela permanecer e todos – professores, funcionários, pais e alunos – estarão em condições de viver e conviver com as diferenças (Siqueira, 2002).

É necessário que a escola seja analisada em sua totalidade rompendo com os preconceitos e rótulos do cenário educacional criando condições de desenvolvimento para os alunos, com objetivos e posturas pedagógicas, promovendo a aprendizagem com

responsabilidade na escolha de atividades e conteúdos adequados ao desenvolvimento das necessidades de seus alunos. Cabe ao professor respeitar e compreender seus alunos e suas diferenças para que possa possibilitar situações de aprendizagem significativa valorizando as diferenças dos alunos envolvidos no processo educativo (FREITAS, 2006).

Segundo Werneck (2006) em seu artigo *Doa a Quem Doer*, se uma escola discrimina uma criança com deficiência é porque discrimina outras também, mesmo que o faça de forma amorosa ou bem intencionada, já que não consegue lidar com a diversidade.

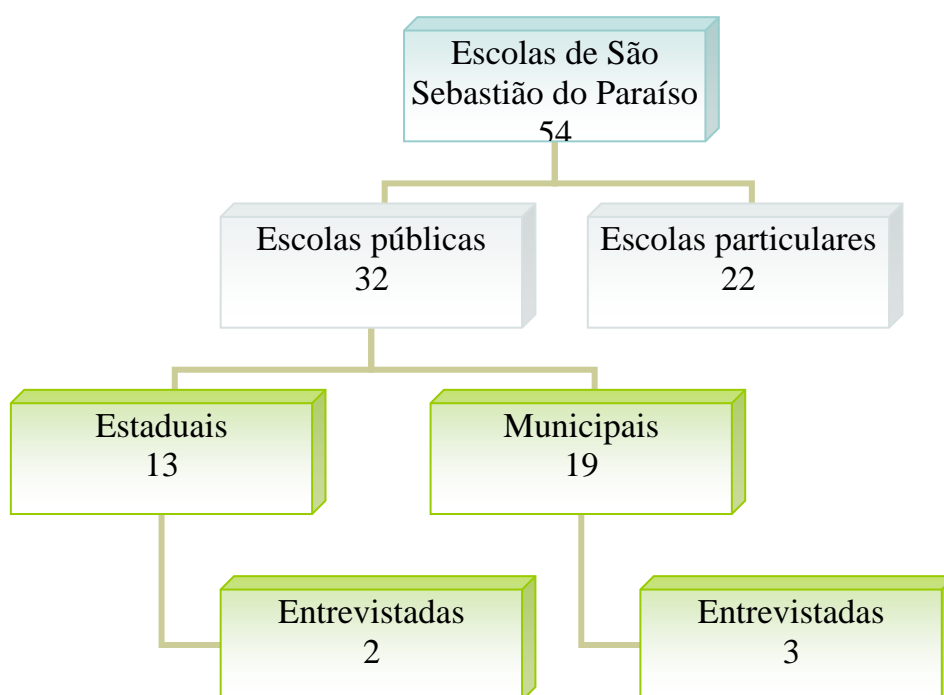
A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos já que nenhuma pessoa pode ser segregada por causa de sua deficiência ou de sua dificuldade de aprendizagem, e é também uma atitude que engloba uma série de ações que uma vez adotada por uma escola deverá condicionar as decisões daqueles que a tenham adotado, pois incluir significa formar parte do todo, ser parte de algo (SANCHES, 2005).

Para as pessoas portadoras de deficiência a exigência da sociedade que as crianças portadoras de necessidades especiais tenham que provar que são aptas para ingressar no sistema educacional não é justo, cabe as escolas modificar suas estruturas físicas e seu paradigma educacional para se tornar mais adequadas as necessidades dos seus alunos. Esse conceito deu origem ao *modelo social da deficiência*, que foi elaborado por entidades de pessoas com deficiência e aponta as barreiras da sociedade que impedem a inserção e o desenvolvimento social dos portadores de necessidades especiais (SASSAKI, 2005).

Escolas inclusivas são escolas que devem levar em conta TODAS as crianças e suas necessidades educacionais, pessoais, emocionais, familiares, etc. Uma escola inclusiva deve ser humanística, no sentido de assumir a formação integral da criança e o jovem como sua finalidade primeira e última. Uma escola inclusiva não pode somente se referir a um grupo social em desvantagem e excluído (mais frequentemente conhecido como o grupo das crianças com deficiência), mas deve, ao invés disso, se comprometer e lutar pelo direito de todos aqueles que vivem em situação de risco, como resultado de uma sociedade injusta e desigual que privilegia os que têm em detrimento daqueles que nada possuem (FERREIRA 2005).

## MÉTODO

A figura 4 representada pelo organograma abaixo retrata o cenário educacional da cidade de São Sebastião do Paraíso.

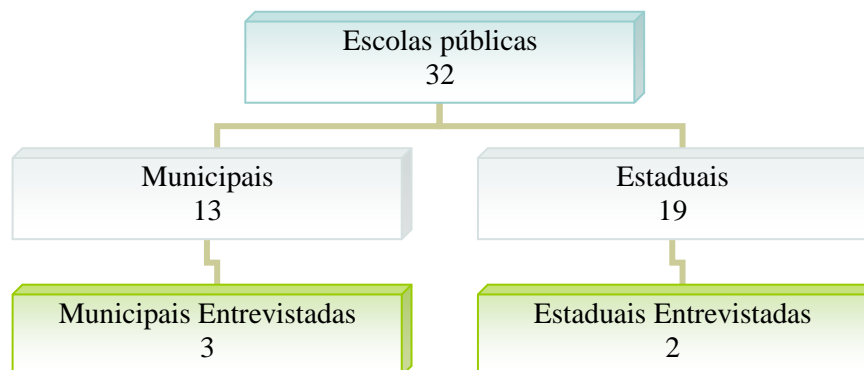


**Figura 4:** Escolas do município de São Sebastião do Paraíso  
**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

Observa-se no organograma acima as escolas existentes no município de São Sebastião do Paraíso, totalizando 54 escolas, sendo que destas, 32 escolas são públicas. Essas se dividem em 13 escolas estaduais e 19 escolas municipais e 22 escolas particulares.

### Organograma da coleta de dados

A Figura 5 representada pelo organograma abaixo mostra as escolas escolhidas para serem entrevistadas.



**Figura 5:** Escolas escolhidas para coleta de dados

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

Observa-se no organograma acima o mapeamento das escolas de São Sebastião do Paraíso onde foram escolhidas aleatoriamente cinco escolas para participar da pesquisa, sendo 2 estaduais e 3 municipais.

## Participantes

A amostra do presente estudo foi composta por 33 professores subdivididos em, 19 professores da rede municipal (3 escolas municipais) e 14 professores da rede estadual (2 escolas estaduais).

## Instrumentos

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário constando primeiramente dados do professor como: função e série que atua, seis questões referente ao processo de inclusão (quantidade de crianças com necessidades especiais na escola ou sala; principais problemas e/ou dificuldades enfrentados pela escola; preparação da escola para a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais; tipo de relacionamento das crianças com necessidades especiais com os demais alunos; instrumentos necessários para uma melhor aprendizagem do aluno com necessidades especiais em sala de aula, se a presença do indivíduo portador de necessidades especiais prejudicaria o andamento da turma) e por fim três questões pessoais (opinião sobre a inclusão; opinião em relação a quem tem mais

resistência à inclusão do aluno portador de necessidades especiais no ensino regular; opinião sobre a preparação pessoal em relação ao processo de inclusão).

## Local

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de São Sebastião do Paraíso estado de Minas Gerais em cinco escolas públicas, subdivididas em três municipais e duas estaduais escolhidas aleatoriamente.

## Procedimento:

### Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada de acordo com as seguintes etapas:

1º etapa	Contato com a direção da escola, e entrega dos questionários.
2º etapa	Novo contato com a escola para recolhimento dos questionários.
3º etapa	Tabulação dos resultados

**Tabela 3:** Etapas da coleta de dados realizada

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

A pesquisa foi iniciada a partir do primeiro contato com a direção das escolas para solicitação da autorização para realização da mesma, além da entrega dos questionários para os professores.

A segunda etapa do contato com as escolas foi no recolhimento dos questionários nas datas estipuladas pelas mesmas.

Na terceira etapa, com os resultados em mãos foram feitas as tabulações dos resultados por escola e por questões para uma análise posterior.

## Análise de dados

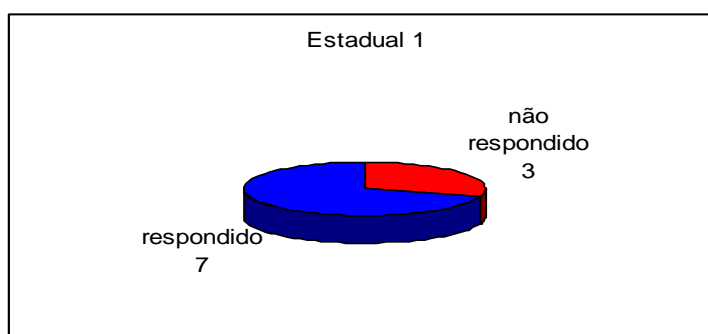
Os dados das entrevistas foram preparados e organizados para serem analisados. As informações obtidas foram quantificadas em termos de frequência.

## RESULTADOS

Os resultados estão organizados em três sessões. Primeiramente serão apresentados os resultados relativos aos questionários respondidos pelos professores de cada escola. Na segunda sessão serão apresentadas as séries de atuação dos professores participantes. A terceira sessão mostrará os gráficos com os resultados obtidos em cada questão.

### Resultado dos questionários respondidos pelos professores divididos por escola.

O Gráfico 2 mostra os resultados dos questionários que foram respondidos pela escola Estadual 1.

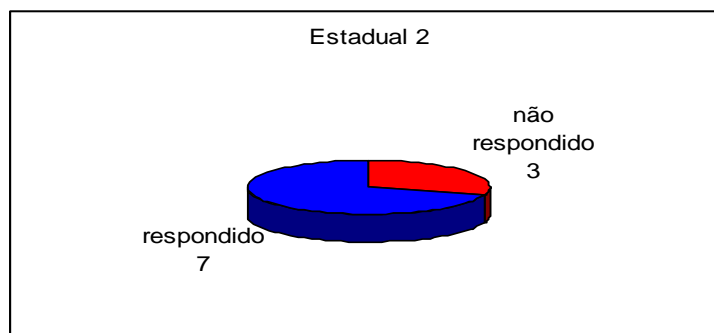


**Gráfico 2:** Escola Estadual 1  
**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

Observa-se no Gráfico 2, que representa a escola Estadual 1, que dos 10 questionários entregues, obteve-se resposta de 7 professores.

Os dados do Gráfico 3 mostram os dados coletados na escola Estadual 2.

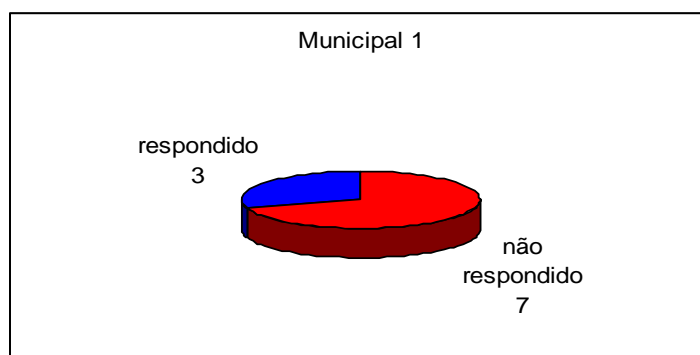




**Gráfico 3:** Escola Estadual 2  
**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

No Gráfico 3, representado acima pela escola Estadual 2, dos 10 questionários entregues, sete professores responderam.

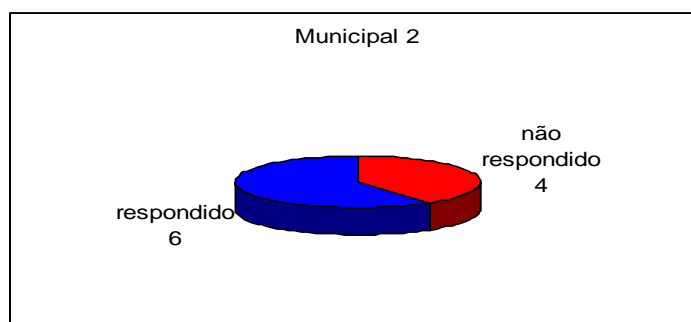
O Gráfico 4 mostra os resultados dos questionários que foram respondidos pela escola Municipal 1.



**Gráfico 4:** Escola Municipal 1  
**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

No Gráfico 4 que representa a escola Municipal 1, obteve-se resposta de apenas três professores.

Os dados do Gráfico 5 mostram os resultados dos questionários que foram respondidos pela escola Municipal 2.



**Gráfico 5:** Escola Municipal 2  
**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

No Gráfico 5 que representa a escola Municipal 2, dos 10 questionários entregues seis professores responderam as questões.

O Gráfico 6 mostra os resultados dos questionários que foram respondidos pela escola Municipal 3.



**Gráfico 6:** Escola Municipal 3  
**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

Observa-se a partir dos resultados do Gráfico acima que representa a escola Municipal 3, dos 10 questionários entregues todos foram respondidos.

### **Atuação dos professores participantes.**

A atuação dos professores das escolas participantes da pesquisa teve os seguintes resultados:

Na escola Estadual 1, dos 7 professores participantes dois atuavam no primeiro ano, um no segundo ano, um no quarto ano, dois no quinto ano, e o ultimo atuava em uma série de PAV, Programa de Aceleração para Vencer.

A escola Estadual 2, dos professores participantes, contava com a atuação de dois professores no primeiro ano e os outros em séries do ensino fundamental II.

Na escola Municipal 1, dos três professores que participaram da pesquisa atuavam respectivamente no primeiro, segundo e terceiro anos.

A escola Municipal 2 contava com a atuação, dos professores participantes da pesquisa, de um no segundo ano, um no terceiro ano, e dois no quarto e quinto anos.

A escola Municipal 3 dos dez professores que participaram da pesquisa contava com a atuação de dois professores em cada ano do ensino fundamental.

A Tabela 4 representada abaixo, mostra a série de atuação dos professores que participaram da pesquisa.

Escolas	Professores	Série que atuam	Quantidade
Estadual 1	7	Primeiro ano	2
		Segundo ano	
		Quarto ano	
		Quinto ano	2
		Outra atuação	
Estadual 2	7	Primeiro ano	2
		Outra atuação	5
Municipal 1	3	Primeiro ano	
		Segundo ano	
		Terceiro ano	
Municipal 2	6	Segundo ano	
		Terceiro ano	
		Quarto ano	2
		Quinto ano	2
Municipal 3	10	Primeiro ano	2
		Segundo ano	2
		Terceiro ano	2
		Quarto ano	2
		Quinto ano	2

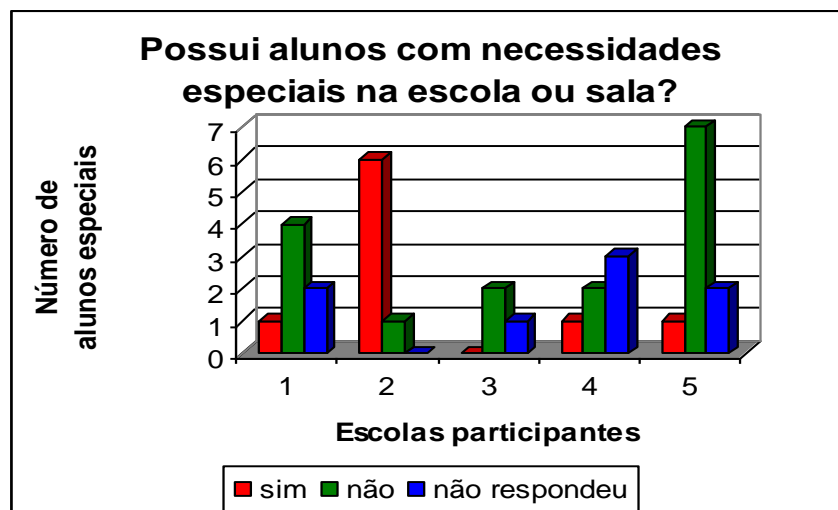
**Tabela 4:** Atuação dos professores participantes.

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

Abaixo serão discutidos os resultados obtidos por questão.

## Resultados obtidos por questões

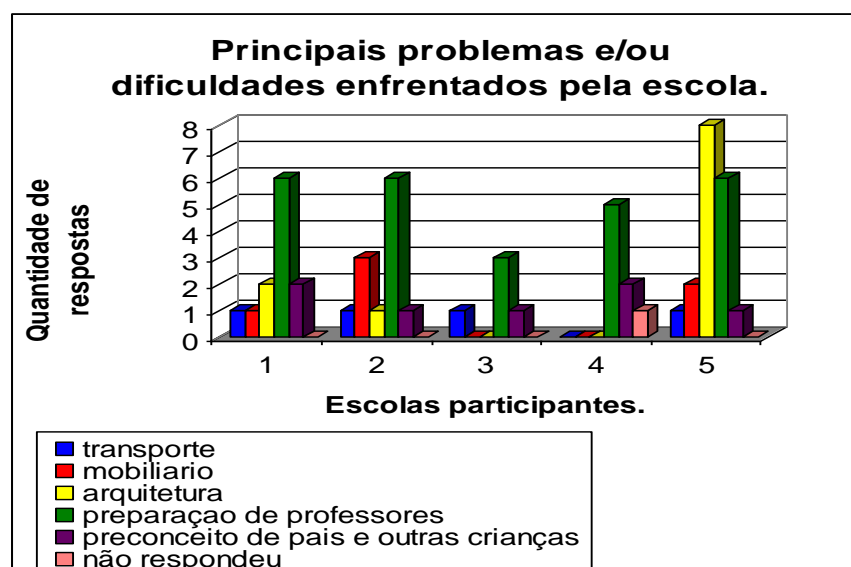
O gráfico abaixo apresenta o número de alunos com necessidades especiais existentes nas escolas participantes.



**Gráfico 7:** Alunos portadores de necessidades especiais nas escolas participantes  
**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor.

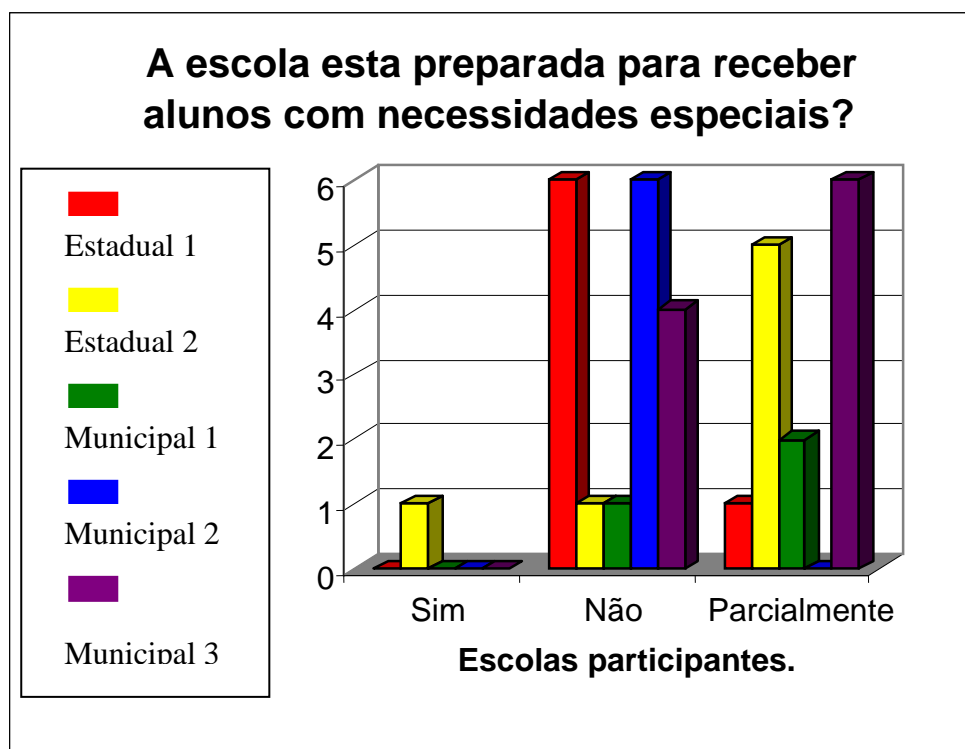
Nota-se no Gráfico 7 que, na escola Estadual 1 uma das professoras que responderam o questionário tem em sala de aula 1 criança portadora de necessidades especiais. A escola Estadual 2 possui 6 alunos portadores de necessidades especiais. A escola Municipal 1 (3) não possui alunos com necessidades especiais nas séries participantes. A escola Municipal 2 (4) assim como a escola Municipal 3 (5) possui um aluno portador de necessidades especiais.

O Gráfico abaixo mostra os principais problemas e/ou dificuldades enfrentados pelas escolas participantes, sendo estes, mobiliário específico para portadores de necessidades especiais, transporte destes alunos, arquitetura da escola, a preparação dos professores para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais, e o preconceito de pais e de outros alunos.



**Gráfico 8:** Problemas e dificuldades enfrentados pela escola.  
**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

O Gráfico 8 mostra as respostas dadas à questão que faz referência a preparação das escolas para a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais. Nota-se que na escola Estadual 1, seis professores colocam como principal problema e/ou dificuldade a preparação docente, assim como nas escolas Estadual 2, e Municipal 3 (nº 5). Na escola Estadual 1, dois professores colocam como maior problema e/ou dificuldade a arquitetura da escola e mais dois professores o preconceito de pais e outras crianças, já os problemas de transporte e mobiliário recebem são citados como principais por apenas um professor. Na escola Estadual 2, apenas um professor cita como principal problema e/ou dificuldade o transporte assim como a arquitetura e o preconceito de pais e alunos, já o mobiliário é citado como por três professores como principal problema e/ou dificuldade. Na escola Municipal 1 (3) forma citados por apenas um professor como principal problema e/ou dificuldade os itens transporte e preconceito de pais e outras crianças, e três professores citam como principal problema e/ou dificuldade a preparação de professores. Na escola Municipal 2 (nº 4) 5 professores percebem como maior problema e/ou dificuldade a formação de professores, 2 professores citam o preconceito de pais e outros alunos. Na escola Municipal 3 (nº 5) um professor cita como maior problema e/ou dificuldade o transporte e outro o preconceito de pais e outros alunos, 8 professores citam a arquitetura como maior problema e/ou dificuldade encontrada pela escola.

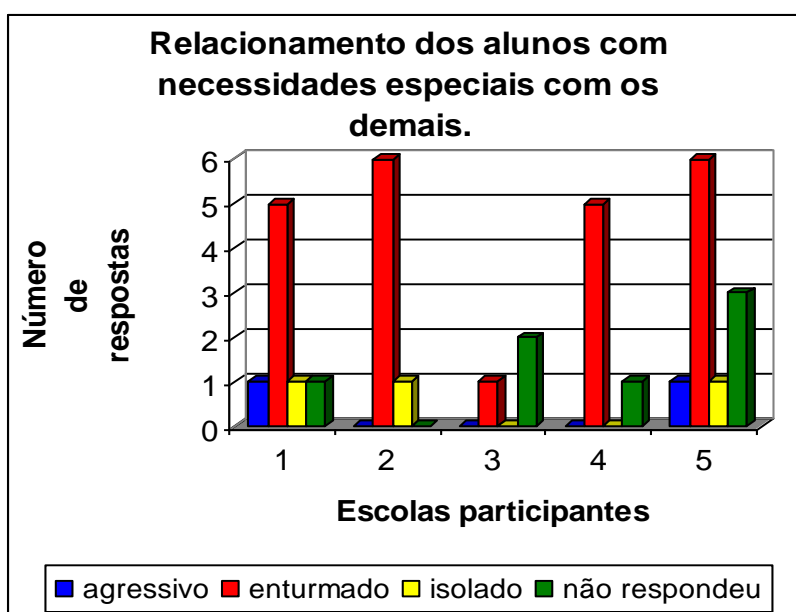


**Gráfico 9:** Preparação das escolas para recepção de portadores de necessidades especiais.

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

A partir dos dados do Gráfico 9, observa-se que na escola Estadual 1, seis professoras acreditam que a escola não está preparada para receber alunos portadores de necessidades especiais e uma professora acredita que a escola está parcialmente preparada. Na escola Estadual 2, um professor acredita na preparação da escola para receber alunos portadores de necessidades especiais, e outro acredita que ela não está preparada, já cinco professoras acreditam que a escola esta parcialmente preparada. Na escola Municipal 1, um professor acredita que a escola não está preparada para receber alunos portadores de necessidades especiais, e outros dois acreditam que ela esteja parcialmente preparada. Na escola Municipal 2, todos os professores participantes acreditam que a escola não está preparada para receber alunos portadores de necessidades especiais. Na escola Municipal 3, quatro professores acreditam que a escola não está preparada para receber alunos portadores de necessidades especiais, e seis acreditam que a escola está parcialmente preparada.

O Gráfico abaixo mostra as respostas dadas pelos professores participantes da pesquisa ao serem questionados sobre o relacionamento dos alunos portadores de necessidades especiais com os demais alunos.



**Gráfico 10:** Relacionamento dos alunos com necessidades especiais com os demais.

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

A partir dos dados do Gráfico 10, observa-se que na escola Estadual 1, uma professora caracteriza o relacionamento dos alunos portadores de necessidades especiais com os demais alunos como agressivo, enquanto cinco professores caracterizam esse relacionamento como enturmado, e outro professor o caracteriza como isolado.

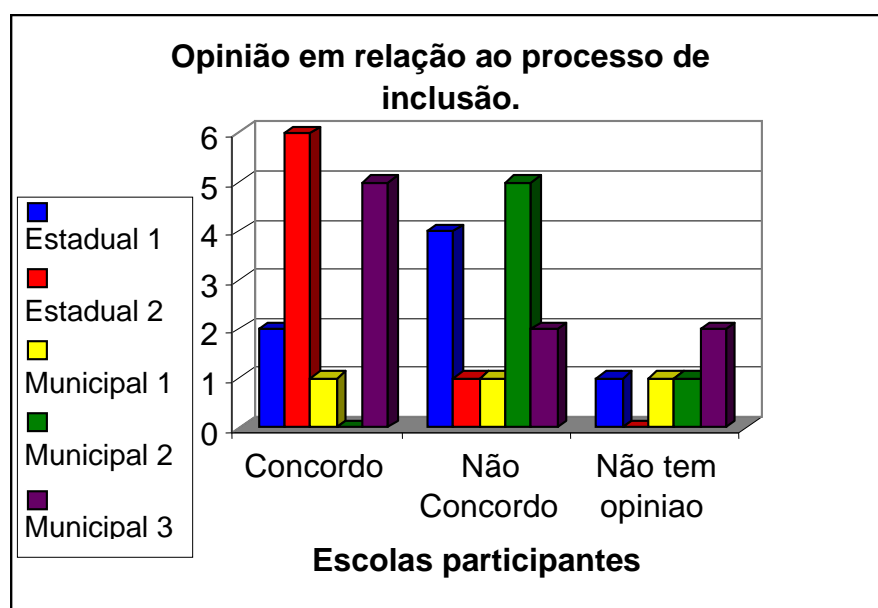
Na escola Estadual 2 seis professores caracterizam o relacionamento dos alunos portadores de necessidades especiais com os demais alunos como enturmados e apenas um o caracteriza como isolado.

Na escola Municipal 1 (nº. 3), um dos professores caracteriza o relacionamento dos alunos portadores de deficiência com os demais alunos como enturmados, e os demais professores não responderam a questão.

Na escola Municipal 2 (nº. 4) cinco professores caracterizam o relacionamento dos alunos portadores de deficiência com os demais alunos como enturmados, e um professor não respondeu.

Na escola Municipal 3 (nº. 5), um professor caracteriza o relacionamento dos alunos portadores de necessidades especiais com os demais alunos como agressivo, seis professores o caracterizam como enturmados e um professor o caracteriza como isolado, três professores não responderam a questão.

O Gráfico abaixo apresenta os resultados obtidos na questão sobre a opinião do professor sobre o processo de inclusão.



**Gráfico 11:** Opinião dos professores em relação à inclusão.

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

A partir dos dados do Gráfico 11, observa-se que na escola Estadual 1 dois professores concordam com o processo de inclusão, quatro professores não concordam e apenas um não tem opinião sobre o assunto.

Na escola Estadual 2, seis professores concordam com o processo de inclusão e apenas um não concorda.

Na escola Municipal 1, um professor concorda com o processo de inclusão, um professor não concorda e um não tem opinião sobre o assunto.

Na escola Municipal 2, cinco professores não concordam com o processo de inclusão, e um professor não tem opinião sobre o assunto.

Na escola Municipal 3, cinco professores concordam com o processo de inclusão e dois professores não concordam com o processo, outros dois não tem opinião sobre o assunto.

Os dados representados no gráfico abaixo mostram os resultados obtidos nas escolas participantes quanto a questão sobre a resistência da inclusão do aluno portador de necessidades especiais no ensino regular.



**Gráfico 12:** Resistência à inclusão.

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor.

A partir dos dados do Gráfico 12, observa-se que na escola Estadual 1, quatro professores apontam o próprio professor como quem tem mais resistência a inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular, um professor aponta o diretor, três os próprios pais, e um outro aponta os alunos como quem tem mais resistência.

Na escola Estadual 2, um professor aponta como mais resistente a inclusão do aluno portador de necessidades especiais no ensino regular o próprio aluno, três apontam os professores como mais resistentes, dois professores apontam os pais como quem tem mais resistência a este processo de inclusão, e apenas um não respondeu.

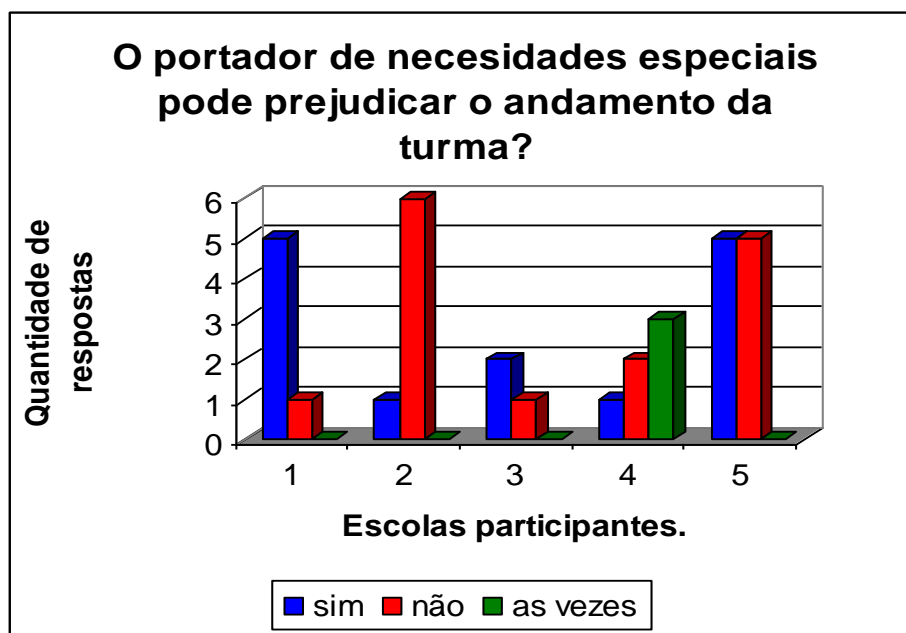


Na escola Municipal 1, um professor aponta como quem tem mais resistência a inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular o próprio aluno, já outro aponta o próprio professor como mais resistente, um professor aponta como quem tem mais resistência ao processo de inclusão os pais e um professor não respondeu a questão.

Na escola Municipal 2, um dos professores participantes aponta como quem tem mais resistência a inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular o próprio aluno, já outros quatro professores apontam como mais resistente o próprio professor, e outro professor aponta os pais como quem tem mais resistência ao processo de inclusão.

Na escola Municipal 3, dois professores apontam como mais resistente ao processo de inclusão os próprios alunos, três professores apontam o professor como mais resistente, um professor aponta o diretor como mais resistente a inclusão do aluno portador de necessidades especiais no ensino regular, já sete professores apontam como mais resistente os pais e um professor aponta os outros alunos como mais resistentes, apenas um não respondeu a questão.

Em relação à questão do portador de necessidades especiais prejudicar o andamento da turma, obteve-se o resultado mostrado no gráfico abaixo.



**Gráfico 13:** Andamento da turma com aluno portador de necessidades especiais.  
**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

A partir dos dados do Gráfico 13 observa-se que na escola Estadual 1, cinco professores acreditam que o aluno portador de necessidades especiais pode prejudicar o andamento da turma, e apenas um professor acredita que não prejudicaria.

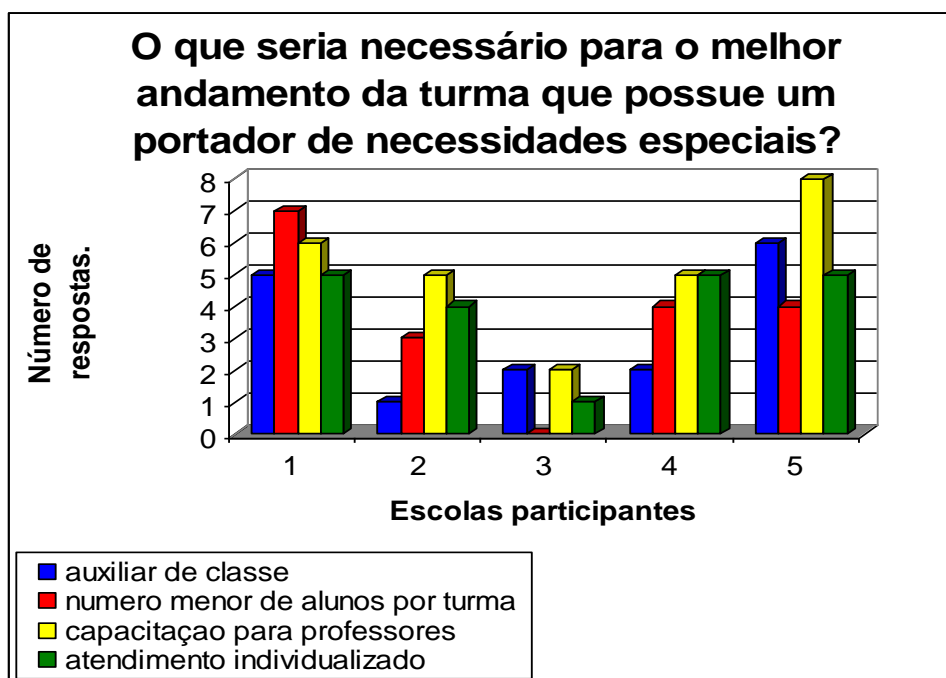
Na escola Estadual 2, um professor acredita que o aluno portador de necessidades especiais pode prejudicar o andamento da turma, e seis acreditam que o andamento da turma não seria prejudicado.

Na escola Municipal 1, dois professores acreditam que o andamento da turma seria prejudicado, e um professor acredita que o andamento da turma não seria prejudicado pelo portador de necessidades especiais.

Na escola Municipal 2, um professor acredita que o portador de necessidades especiais prejudicaria o andamento da turma, dois professores acreditam que o andamento da turma não seria prejudicado e três professores acreditam na hipótese de que as vezes o portador de necessidades especiais prejudicaria o andamento da turma.

Na escola Municipal 3, cinco professores acreditam que o andamento da turma seria prejudicado pelo portador de necessidades especiais, e outros cinco professores acreditam que o andamento da turma não seria prejudicado.

Uma das questões respondidas pelos professores participantes da pesquisa, foi a que se referia a estando o aluno portador de necessidades especiais em uma serie de ensino regular o que seria necessário para que o seu aprendizado ocorresse da melhor forma possível, no que se observou o resultado apresentado no gráfico abaixo:



**Gráfico 14:** Suporte necessário para melhor andamento da turma

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

A partir dos dados do Gráfico 14, observa-se que na escola Estadual 1, cinco professores vêem como necessário para o melhor andamento da turma com portador de

necessidades especiais a presença de auxiliar de classe, já sete professores acham necessário número menor de alunos por turma, seis professores vêem como necessário a capacitação de professores, outros cinco professores acham necessário o atendimento individualizado para melhor andamento da turma que possua um portador de necessidades especiais.

Na escola Estadual 2, um professor acha necessário a presença de um auxiliar de classe, outros três professores vêem como necessário para melhor andamento da turma que possua portador de necessidades especiais número menor de alunos por turma, cinco professores acham necessário a capacitação de professores, e quatro professores acham que o necessário seria o atendimento individualizado para melhor andamento da turma.

Na escola Municipal 1, dois professores vêem como necessário para melhor andamento da turma que possua portador de necessidades especiais a presença de auxiliar de classe, e outros dois acham necessário a capacitação de professores, enquanto um vê como necessário para melhor andamento da turma o atendimento individualizado.

Na escola Municipal 2, dois professores vêem como necessário para o melhor andamento da turma que possua portador de necessidades especiais a presença do auxiliar de classe, quatro professores acham que o necessário seria menor número de alunos por turma, cinco professores acham necessário a capacitação dos mesmos, e outros cinco vêem como necessário para melhor andamento da turma o atendimento individualizado.

Na escola Municipal 3, seis professores acham necessário para melhor andamento da turma que possua um portador de necessidades especiais a presença de um auxiliar de classe, outros quatro professores vêem como necessário número menos de alunos por turma, já oito professores acham que o necessário seria a capacitação de professores, cinco professores acham necessário o atendimento individualizado para melhor andamento da turma que possua portador de necessidades especiais.

O Gráfico abaixo apresenta o resultado da questão sobre a preparação pessoal dos professores participantes da pesquisa.



**Gráfico 15:** Preparação dos professores no processo de inclusão.

**Fonte:** Elaborado pelo próprio autor

A partir dos dados do Gráfico 15 observa-se que na escola Estadual 1, seis professores não se sentem preparados para o processo de inclusão, e um professor se sente parcialmente preparado.

Na escola Estadual 2, um professor sente-se preparado para trabalhar com o processo de inclusão e seis professores se sentem parcialmente preparados.

Na escola Municipal 1, dois professores não se sentem preparados para trabalhar com o processo de inclusão, e um professor se sente parcialmente preparado.

Na escola Municipal 2, quatro professores não se sentem preparados para o processo de inclusão, e um professor se sente parcialmente preparado.

Na escola Municipal 3, quatro professores não se sentem preparados para o processo de inclusão e seis professores se sentem parcialmente preparados.

## DISCUSSÃO

Em relação à caracterização da amostra do presente estudo, verificou-se que os professores das 5 escolas entrevistadas possuem um pequeno número de alunos com necessidades especiais matriculados em sala de aula variando entre zero e um, exceto uma, que possui um número maior, seis alunos matriculados, o que mostra um possível crescimento no processo de inclusão.

Julio Romero Ferreira (sem data), em seu artigo Políticas Educacionais e Educação Especial, descreve sobre a evolução do atendimento de alunos portadores de necessidades especiais no ensino, alguns dados indicam que a ampliação de vagas junto ao ensino regular não tem ocorrido significativamente, e que a oferta de vagas ainda é muito baixa para os alunos com necessidades educativas especiais devido ao verdadeiro potencial.

Porém os dados do censo escolar com relação à educação registram uma evolução no número de matrículas de portadores de necessidades especiais em classes comuns do ensino regular passando de 43.923 alunos em 1998 para 325.316 em 2006, o que representa um crescimento de 640% (INCLUSAO, 2008).

Quanto aos principais problemas e dificuldades enfrentados pela escola e pelos professores, se destaca o despreparo dos docentes como o maior problema enfrentado nas escolas participantes, exceto em uma onde há uma dificuldade maior por parte da arquitetura e o despreparo é citado como segundo maior problema.

Hemmingson e Borell *apud* Tessaro (2005), mostram que falta estrutura nas escolas para receber alunos com portadores de necessidades especiais, como é o caso do deficiente físico que necessita de rampas ou elevadores entre outros para ter acesso as dependências da escola, e a restrição na participação de atividades, como as manuais e de esporte, pode vir a excluir o portador de necessidades especiais.

Quando questionados quanto a preparação da escola para o processo de inclusão, não e parcialmente são as respostas mais dadas pelos professores. O mesmo acontece quanto a preparação dos próprios docentes que ou não se sentem preparados ou se sentem apenas parcialmente preparados para o processo de inclusão. O que mostra que não só as escolas necessitam de preparação para receber alunos portadores de necessidades especiais, mas também os professores precisam ser capacitados.

A escola precisa estabelecer alicerces para que haja uma educação eficaz para todos, satisfazendo as necessidades e educando com êxito e diversidade (SANCHES, 2005).

Porém caberá aos professores reconhecer a nova função que lhe está sendo dada e procurar recursos que lhe serão necessários para garantir condições de aprendizagem. É essencial o trabalho em equipe com especialistas na área de educação especial, e existe também o Cefae (Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão) que vem capacitando professores no estado de São Paulo (NOVA ESCOLA, 2007).

A capacitação de professores é o principal problema citado pelos próprios professores, porém é preciso lutar para a capacitação destes para garantir verdadeiras condições de aprendizagem a todos os alunos.

Na pesquisa realizada, comparando as questões onde é questionado o número de crianças especiais em sala de aula e a questão do andamento da turma que possui um aluno com necessidades especiais, os dados obtidos mostram que os professores que possuem em sala de aula alunos portadores de necessidades especiais não consideram esses alunos como prejudiciais para o andamento da turma, ao contrário dos professores que não possuem alunos especiais em sala de aula que consideram estes, prejudiciais para o andamento da turma.

Alguns professores que vivem a experiência de educar crianças com necessidades especiais definem esses alunos como presentes para a reforma educativa, já que rompe com paradigmas como o da escola tradicional fazendo com que surjam novas formas de aprendizagem (SANCHES, 2005).

Dos professores participantes da pesquisa, 65,7% caracterizam o comportamento dos alunos com necessidades especiais, em relação aos demais como enturmados entre si. E quando questionados se os alunos portadores de necessidades especiais prejudicariam o andamento da turma, em duas escolas o sim tem maior número e em outras duas o não vence, em outra escola há um empate tendo o mesmo número de resposta em ambas as opções. Os mesmos alunos considerados enturmados com os demais em um primeiro questionamento, prejudicariam o andamento da turma estando incluídos no ensino regular.

Maria Teresa Eglér Montoan, *apud* Inclusão (2008), defende que o ambiente da escola regular é mais desafiador, o que beneficia os alunos portadores de necessidades especiais, e os recursos utilizados para facilitar a aprendizagem dos alunos incluídos proporcionarão uma aprendizagem mais dinâmica e diversificada para os demais alunos que também terão acesso a novas formas de ensino. Relatos de professores que trabalharam com alunos que possuem necessidades especiais mostram que o convívio desses alunos com os demais beneficia a aprendizagem de ambos.

Com relação a quem tem mais resistência à inclusão de portadores de necessidades especiais no ensino regular, os mais citados são os pais e professores com respectivamente 34,1% e 36,5% de respostas.

Em contrapartida Glat, Magalhães e Carneiro *apud* Tessaro (2005), descreve o despreparo dos professores para receber em sala de aula alunos portadores de necessidades especiais é um dos principais obstáculos para a efetiva inclusão desses no ensino regular. O processo de inclusão exige dos professores uma maior capacitação quanto as necessidades especiais, e a escola necessita de uma pedagogia voltada para as necessidades de cada criança.

Segundo Fonseca *apud* Tessaro (2005), a inclusão é um processo complexo no qual é necessário um convívio social entre o aluno e todos os membros da escola principalmente o professor, e a participação da família também tem fundamental importância, o processo envolve a adaptação de toda a comunidade e também da pessoa integrada.

Quanto a opinião em relação ao processo de inclusão que visa incluir o aluno portador de necessidades especiais no ensino regular os professores participantes da pesquisa se dividem entre concordar ou não, e alguns ainda se mantêm sem opinar.

Os professores se sentem inseguros diante do novo e do diferente, porém o despreparo destes envolve não somente aspectos pedagógicos como também seus sentimentos valores e crenças. A implantação dessa nova concepção de educação necessita de profissionais bem preparados e formados para educar de forma eficaz (SILVA0, 2003).

## CONCLUSÃO

A inclusão educacional é um tema muito abordado atualmente em entrevistas discussões e debates, porém esse processo está longe de ser realizado adequadamente. As discussões abordam situações que não representam a realidade prática. Para que ocorra a inclusão de portadores de necessidades especiais na escola e em toda a sociedade faz-se necessário uma mudança na estrutura, não só das instituições em geral, mas também na forma de pensar de profissionais e demais pessoas que irão conviver com esses portadores de deficiências.

O presente estudo teve por conduta esclarecer o processo de inclusão, conhecendo um pouco mais das características dos portadores de necessidades especiais e do quanto é importante o seu convívio com a comunidade e com os seus familiares.

Na pesquisa realizada foi analisada a conduta dos professores quando abordado o tema inclusão educacional, o qual necessita do preparo desses como aspecto fundamental para uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos. Os resultados da pesquisa mostraram que muitos professores ainda necessitam de mudança quanto a forma de pensar e agir em relação aos alunos portadores de necessidades especiais.

Para que isso ocorra é preciso lembrar que cada um tem seu tempo de aprendizagem, sendo este portador de necessidades especiais ou não, e o dever do professor é ensinar e dar meios para que a aprendizagem ocorra de forma mais fácil possível.

Conclui-se que o processo de inclusão que é embasado de leis, portarias e decretos para que seja seguido e implantado, não vem acontecendo como deveria, no município de São Sebastião do Paraíso, em todos os lugares e por todas as pessoas. No meio educacional ainda há muito receio quanto a presença do aluno portador de necessidades especiais no ensino regular. A capacitação profissional é um dos maiores problemas diagnosticados.

Portanto o processo de inclusão educacional será muito importante para todos os membros da comunidade escolar, quando este ocorrer realmente como se é estabelecido na declaração de salamanca, que diz que todos os alunos deverão ter direito a educação e a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.